

PMDB toma posição diante de medida provisória

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou que a bancada de seu partido decidiu ontem não mais indicar senador para compor comissões mistas encarregadas de examinar medidas provisórias. Acrescentou que em reunião marcada para hoje, às 12h30, o PMDB poderá decidir fechar questão sobre a matéria e qual a posição da bancada majoritária diante da privatização da Vale do Rio Doce. Para ele, a decisão será um marco divisor na história parlamentar.

Argumentou o senador que as medidas provisórias fazem do presidente da República no Brasil o governante mais poderoso do mundo. Suassuna disse que nem Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, tem o poder de editar uma norma legal e forçar 150 milhões de pessoas a cumpri-la no dia seguinte.

Marina defende fórum para o setor madeireiro

A idéia da senadora é reunir governo, madeireiros, trabalhadores e entidades para definir política adequada de exploração na Amazônia. **Página 4**

Plenário condena lei americana contra Cuba

Página 3



A CAE começou a analisar emissão de títulos destinados a substituir bônus da dívida externa

Comissão pede auditoria nas reservas cambiais

Requerimento de Requião, acatado pela CAE, solicita do TCU análise das aplicações feitas pelo Banco Central no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando ao Tribunal de Contas da União que realize uma auditoria junto ao Banco Central do Brasil e à Secretaria do Tesouro acerca da aplicação das reservas cambiais brasileiras.

Ao justificar o requerimento da auditoria, Requião argumentou que "as reservas cambiais brasileiras depositadas no BIS (o banco central de todos os bancos centrais, sediado na Suíça) eram aplicadas pelo próprio BIS". Por sugestões do Bird e do FMI, que teriam recomendado a utilização de 25 corretoras, o Banco Central brasileiro passou a fazer aplicações em outros bancos.

O senador tem informações de que hoje o BC opera com apenas cinco corretoras. Em relação à aplicação feita pelo BIS, tais corretoras teriam propiciado um lucro de 147 milhões de dólares. "Isto para apli-



Roberto Requião

car 62 bilhões de dólares é muito pouco", disse o senador, preocupado.

TÍTULOS

Requião também apresentou à comissão o seu parecer sobre a mensagem em que o Executivo solicita autorização do Senado para emitir títulos destinados à substituição de antigos bônus, visando ao alongamento de prazos ou redução de encargos.

O senador paranaense opina, em seu parecer, "que a autorização do Senado Federal deve ser concedida, mas condicionada a parâmetros que permitam

o acompanhamento, em tempo hábil, pelo Senado. Propomos que o limite seja reduzido de US\$ 10 bilhões para US\$ 5 bilhões, e que seja criado um gatilho que permita o acompanhamento *pari passu* das operações sem engessar os negociadores do Banco Central". O vice-líder do governo, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), pediu vistas da matéria, que deverá ser apreciada pela CAE na próxima semana.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou o pedido de vistas com o argumento de que ele vai permitir uma análise mais aprofundada da questão. "O Banco Central explica, garante e jura de pés juntos que há vantagens. O senador Requião não entende assim, e apresenta uma série de argumentos que põem em dúvida essa eficácia apresentada pelo Banco Central. Nós precisamos aprofundar um pouco mais sobre o assunto, e por isso foi bom o pedido de vistas", disse.

Simon contesta *Veja* e recebe solidariedade do plenário

Senadores em peso manifestam-se contra a publicação de declaração atribuída ao deputado Augusto Farias de que o parlamentar gaúcho seria suspeito da morte de sua ex-mulher

Exclusão de obra no Plano de Metas contraria Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem protesto pela decisão governamental de não incluir na lista de obras prioritárias definidas no Plano de Metas do governo Fernando Henrique



Suassuna

Cardoso o projeto de transposição de águas do rio São Francisco.

Afirmou o senador que a Paraíba

está decepcionada e que os jornais de seu estado expressam essa decepção com tristeza. Suassuna condenou de forma veemente a exclusão, tendo em vista que as águas desviadas do maior rio que corta as terras nordestinas serviriam para o abastecimento das populações sofridas do semi-árido.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) contestou ontem, em discurso emocionado, declarações publicadas pela revista *Veja* desta semana, atribuídas ao deputado Augusto Farias, irmão de PC Farias, segundo as quais o senador seria suspeito da morte de sua ex-mulher, "que pode ter se suicidado de tanto Simon responsabilizá-la pela morte do filho, que também havia se suicidado". O senador esclareceu que seu filho Mateus, então com 11 anos, morreu num acidente de carro, que era dirigido por sua ex-mulher. Ela, por sua vez, morreu de ataque cardíaco, depois de uma depressão desencadeada pela morte do filho.

Simon esclareceu que, em nenhum momento, afirmou que Augusto Farias era suspeito na morte de PC Farias e até entendia o desabafo do deputado. No entanto, lamentou que o jornalista Joaquim de Carvalho não tenha feito uma pesquisa



Pedro Simon

para verificar se havia verdade na declaração de Augusto Farias. Simon recebeu a solidariedade, em apertes, de 21 senadores. "Todas as pessoas que leram a notícia ficaram perplexas pela perversidade", disse Humberto Lucena (PMDB-PB).

Manifestaram solidariedade a Simon: José Fogaça (PMDB-RS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Geraldo Melo (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Elcio Alvares (PFL-ES), Hugo Napoleão (PFL-PI), Jäder Barbalho (PMDB-PA), Ramez Tebet (PMDB-MS), Edison Lobão (PFL-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Iris Rezende (PMDB-GO), Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes (PTB-RS), Sebastião Rocha (PDT-AP), Osmar Dias (PR), Romeu Tuma (PSL-SP), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Comissão de Serra Pelada vai ouvir Raimundo Brito

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e o diretor-geral do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), Miguel Navarrete Júnior, serão convidados a prestar esclarecimentos perante a comissão especial do Senado que apura os conflitos entre os garimpeiros de Serra Pelada e a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD).

A decisão foi tomada ontem durante a instalação da comissão, que elegeu os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Ademir Andrade (PSB-PA) presidente e vice-presidente. O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), escolhido como relator da Comissão de Serra Pelada, disse que tanto o ministro Raimundo Brito como o diretor do DNPM deverão comparecer ao Senado ainda este mês para serem ouvidos sobre a situação do garimpo.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDLs nºs 24 e 28/96, que aprovam o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de São Paulo e à do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens; "Substitutivo do Senado ao PLC nº 41/95-Complementar, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição federal; e votação em primeiro turno das "PECs nº 22/96, que trata da criação de municípios, e nº 23/96, sobre ineligibilidade.

COMISSÕES

9h e 14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.511/96, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e em parte da região Centro-Oeste
Pauta: 1ª parte: (manhã) depoimento do representante do ministro Extraordinário de Política Fundiária, Marcos Correia Lins; e do representante do presidente da CNA, Assuero Docca Veronez.
2ª parte: (tarde) depoimento do presidente da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho; da procuradora-geral do Inca, Otília Baptista Melo de Sampaio; do diretor do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa; e do presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Roberto Paranhos. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; "PEC nº 53/95, que acres-

centa parágrafos ao art. 14 da Constituição federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; "PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição federal, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; "PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; e PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro. Discussão do relatório sobre as emendas de plenário. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-26/96, que trata das mensalidades escolares. Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Especial das Clínicas Geriátricas. Depoimento do ministro da Saúde, Adib Jatene. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.512/96, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138/95, que dispõe sobre o crédito rural. Discussão do parecer de mérito. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.483-15/96, que reduz o Imposto de Importação. Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão da Dívida Interna Pública. Reunião de trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senado condena lei dos EUA contra quem negocia com Cuba

A iniciativa de Roberto Requião referenda decisão tomada em Cochabamba na reunião de chanceleres do Grupo do Rio

O caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton, sancionada pelo governo dos Estados Unidos para retaliar comercialmente as empresas de países estrangeiros que negociarem com Cuba, foi condenada ontem pelo Senado. Aprovando requerimento de Roberto Requião (PMDB-PR), o plenário decidiu consignar em ata voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba (Bolívia), a qual aprovou uma resolução contrária àquela medida.

Na mesma resolução, foi constituída comissão de coordenadores nacionais - integra-

da por Brasil, Bolívia, Panamá, México, Colômbia e Paraguai - para avaliar possíveis medidas a serem tomadas em oposição à essa lei. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, Hugo

Napoleão (PFL-PI) disse que o Congresso brasileiro tem todo o direito de firmar uma posição contra a Lei Helms-Burton, até porque isso

consiste num ato de defesa dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na discussão do requerimento de Requião, Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou da maior importância que o

Congresso dos Estados Unidos saiba que o Legislativo brasileiro discorda da Lei Helms-Burton. Ele explicou que a iniciativa é discriminatória contra Cuba e inadmissível no mundo atual. Na ocasião, ele também agradeceu a indicação para representar o Senado no VI Congresso da Rede Européia da Renda Básica, fórum de debate de todas as experiências de renda mínima de inserção experimentadas no mundo. Suplicy também informou que hoje a Comissão de Finanças da Câmara deverá votar seu projeto que adota uma renda mínima para as famílias sem rendimentos. O projeto foi aprovado no Senado e o parlamentar está otimista quando à sua aprovação na Câmara.

A Lei Helms-Burton foi questionada por senadores



Emília Fernandes

Emília defende a libertação de Lâmia em Israel

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu que o Senado se junte aos movimentos de mulheres, organizações não-governamentais e grupos parlamentares engajados na campanha para libertar a brasileira Lâmia Maruf Hasan, presa e condenada à prisão perpétua por um tribunal militar de Israel. "A libertação de Lâmia deve ser vista como um gesto de humanidade e consideração com seus familiares, especialmente com sua filha Patrícia, hoje com onze anos de idade e afastada da mãe", pediu a parlamentar.

Emília Fernandes informou que, no último acordo de paz entre árabes e israelenses, assinado em setembro de 1993, nos Estados Unidos, ficou decidida a libertação de diversos prisioneiros, ponto fundamental das iniciativas adotadas para criar uma atmosfera positiva na implementação do acordo. Conforme a senadora, em outubro passado anunciou-se a libertação de todas as prisioneiras detidas em Israel, mas na última hora o governo daquele país se negou a liberar Lâmia.

Integrante da Comissão Parlamentar Brasil-Israel, Emília apelou pelo cumprimento do acordo e disse ter encaminhado à Comissão de Relações Exteriores do Senado ofício solicitando sua manifestação formal em favor da libertação de Lâmia. Informou também que a bancada feminina no Congresso encaminhou ao ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, manifesto em favor dessa libertação.

Cabral presta homenagem ao poeta Thiago de Mello

O poeta amazonense Thiago de Mello, autor de *O Estatuto do Homem*, foi homenageado ontem, em discurso, pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que o classificou de "monstro sagrado da literatura brasileira, poeta dos igarapés, cantador das belezas amazônicas".

Cabral anunciou que Thiago estará lançando no Bial Internacional do Livro, em São Paulo, sua obra literária mais recente, *De uma vez por todas*, "com a qual pretende encerrar sua produção poética para dedicar-se exclusivamente à prosa e ao projeto social por ele criado em defesa das crianças que vivem na floresta".

Bernardo Cabral destacou que "as maravilhosas criações literárias de Thiago de Mello



Bernardo Cabral

tornaram-no amigo e confidente de expressivas figuras da intelectualidade universal, como Neruda e Borges".

O senador citou o crítico Otto Maria Carpeaux, que em 1966 disse ter sido Thiago "o primeiro grande poeta que o Amazonas deu ao Brasil, o raio de luz que nos restabeleceu a visão do mundo, os contornos verdadeiros das coisas e das almas". Cabral leu trecho de carta enviada por Paulo Freire

a Thiago, onde o educador diz que o poeta amazonense "é capaz de conversar com uma flor, de entender os passarinhos e doar a vida bonita aos esfarrapados do mundo". Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lembrou o apoio que os exilados brasileiros receberam de Thiago de Mello no Chile, e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o impacto da leitura - feita pelo próprio poeta - de *O Estatuto do Homem* na solenidade de abertura da Assembleia Nacional Constituinte. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) opinou que ninguém mais que Thiago de Mello mereceria estar na Academia Brasileira de Letras, enquanto a senadora Marina Silva (PT-AC), referindo-se ao homenageado, lamentou que algumas normas legais não fossem decretadas pelos poetas.

Marina quer fórum para setor madeireiro

Sem uma política adequada para a atividade, senadora teme que o pacote ecológico do governo estimule uma alta significativa no preço da madeira no mercado paralelo



Romeu Tuma

Tuma alerta para crise no setor pesqueiro

"O setor pesqueiro, que no Brasil envolve diretamente cerca de 700 mil pessoas, enfrenta a mais grave crise de sua história." O alerta foi feito ontem, em plenário, pelo senador Romeu Tuma (PSL-SP), atendendo a apelo da Federação dos Sindicatos e Associações de Produtores e Distribuidores de Pescados no Brasil.

- Na verdade, é uma crise que se arrasta há muito tempo. Ao longo dos últimos anos, o setor de pesca vem reduzindo suas atividades no Brasil, embora o País possua uma costa de 7.367 quilômetros - argumentou o senador, acrescentando que atualmente os barcos brasileiros pagam 360 dólares por tonelada de diesel marítimo, enquanto no Uruguai o custo do combustível é menos da metade desse valor.

Tuma anunciou que, visando à superação dos graves problemas que afetam o setor, está sendo formada a Frente Parlamentar Paulista para a Pesca e Aquicultura, com o objetivo de defender o interesse dos "milhares de pescadores que, atuando de forma artesanal ou em barcos modernos, estão passando por dificuldades".

Ao analisar o pacote ecológico lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no mês passado, a senadora Marina Silva propôs ontem a criação de um fórum regional de negociação entre o governo, madeireiros, trabalhadores do setor, governos locais e entidades sociais, com prazo e pauta definidos para estabelecer uma política adequada de exploração de madeira na região amazônica. Argumentando que existem mais de 3 mil licenças para corte de madeira na região, ela explicou que as irregularidades no descumprimento do decreto presidencial só podem ser verificadas nas áreas de extração.

Em sua opinião, a criação desse fórum deve ser feita imediatamente, pois, do contrário, como advertiu, o pacote eco-



Marina Silva

lógico pode estar estimulando uma alta significativa no preço das madeiras da Amazônia no mercado paralelo irregular. Embora reconhecendo o mérito do decreto presidencial, Marina Silva disse que, com essa iniciativa, o governo opta por um estilo de atuação muito limitado e restritivo na Amazônia.

- Na verdade, a prática vem

mostrando que, mesmo que a fiscalização passe a ser efetiva, será sempre muito difícil cobrir toda a região - acentuou. Considerando que o pacote pode ter sido inspirado na necessidade de melhorar a imagem do Brasil no exterior, Marina Silva afirmou que, se o governo quis apenas abafar as reações internacionais contra a extração de madeira, "deu fôlego de gato para alguns dos maiores responsáveis pelo desmatamento". Ela explicou que a extração de madeira é hoje uma atividade altamente clandestina. Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que os erros de pacotes governamentais como esse se amparam no fato de que são elaborados nos gabinetes refrigerados de Brasília, longe da realidade onde são aplicados.

Cabral relata simpósio sobre os ecossistemas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) relatou ontem sua participação no 4º Simpósio Internacional de Ecossistemas Florestais, realizado em Belo Horizonte, onde representou o Senado junto com o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA). Ele disse que um dos principais objetivos do evento foi informar a sociedade sobre o estágio atual dos conhecimentos relativos aos ecossistemas florestais e seus recursos naturais.

No simpósio, segundo o senador, discutiram-se também novas formas e mecanismos internacionais de interação harmoniosa das atividades comerciais e industriais com a conservação dos ecossistemas florestais.

Durante seu pronunciamento, Cabral perguntou ao senador Júlio Campos (PFL-MT), então na presidência da

Mesa, se ele prosseguia em seu empenho para reduzir o desequilíbrio no desenvolvimento das regiões do País. Júlio Campos respondeu que continua preocupado com o fato de o crescimento econômico do Centro-Sul estar cada vez mais distante das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e lamentou que o governo federal não amplie os incentivos fiscais para as áreas mais pobres. "Queremos desenvolvimento global e o mesmo tratamento dado às regiões mais ricas. E a nossa luta vai ser colocada no plenário desta Casa", assinalou.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) associou-se às preocupações de Júlio Campos e Bernardo Cabral, dizendo que o desequilíbrio no crescimento econômico dos diversos estados é péssimo para o Brasil.

Amin elogia pacote agrícola do governo

O governo brasileiro tem que investir no aperfeiçoamento dos seus agricultores, a exemplo do que fazem certos países europeus. Para que permaneça no campo, produzindo, o agricultor precisa de incentivo, e o maior incentivo vem na forma de uma melhor remuneração pelo que produz, disse o senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao elogiar o pacote agrícola do governo federal que destina para o corrente ano a quantia de R\$ 5,8 bilhões para custeio e comercialização da safra agrícola.

Segundo o senador, dessa quantia foi destinado um bilhão de reais para o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). "Essa cifra é quatro vezes maior do que a alocada no ano passado." Além disso, os juros para os financiamentos feitos através do Pronaf serão de 9%, contra os 12% do ano passado.

Maldaner vê riscos para a estabilidade

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou que o acúmulo de déficits e o aumento do endividamento público ameaçam o plano de estabilização, já que fica mais difícil desvalorizar o câmbio e baixar as taxas de juros, o que leva o Brasil a permanecer dependente do ingresso de capitais estrangeiros e acabar vivendo uma crise financeira, a exemplo do México.

- Se o setor público conseguisse equilibrar suas contas e mesmo produzir um pequeno



Maldaner

superávit, haveria menor necessidade de se recorrer ao endividamento público, o que teria um efeito imediato e positivo em relação à queda dos ju-

ros, ao aumento da poupança interna, com menor dependência em relação à poupança externa, e diminuição do nível de importação por meio da redução do consumo, o que poderia abrir espaço para a desvalorização cambial - observou.

Casildo Maldaner lembrou as críticas sobre a condução da política econômica feitas pelo economista Rüdiger Dornbusch, ao apresentar valores do déficit público. Segundo o senador, a diferença nas contas públicas aumentou de R\$ 5,5 bilhões de reais em janeiro para quase R\$ 14 bilhões em abril. "Em face de números tão negativos, é de se perguntar: será que as preocupações do professor Dornbusch são tão exageradas assim?".

O senador afirmou que tanto o programa de saneamento das contas de estados e municípios quanto "o rombo do Banco do Brasil" são exemplos da dependência de capitais voláteis, o que envolve uma situação de alto risco para a estabilidade econômica.



Várias decisões foram tomadas pela CAE na reunião de ontem

CAE aprova a emissão de títulos para São Paulo

Comissão também autoriza governo federal a contratar empréstimos junto ao Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou na manhã de ontem autorização para o governo do estado de São Paulo emitir Letras Financeiras do Tesouro do estado (LFTPE), cujos recursos serão destinados a reembolso da sexta parcela e liquidação das sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como de complementos de precatórios pendentes. Deverá ser lançado pelo governo paulista o total de 748 milhões, 303 mil, 072 LFTPEs, na modalidade nominativa-transferível.

O relator da matéria, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), ofereceu parecer contrário à emenda de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que retirava o volume de LFTPE destinado ao reembolso dos valores já pagos. Dutra argumentara que não há previsão constitucional ou rubrica orçamentária relativa a reembolsos. Alegou, entretanto, Miranda, que o referido reembolso não fere o disposto no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A comissão aprovou ainda autorização solicitada pelo governo federal para a contratação de crédito no valor de 350 milhões de dólares, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar parcialmente o projeto de reestruturação e desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A autorização foi aprovada nos termos de projeto de resolução apresentado pelo relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Presidida por Gilberto Miranda, a CAE autorizou também outra contratação de empréstimos entre o Brasil e o Bird, no valor de 300 milhões de dólares, para auxiliar o financiamento do projeto de apoio à reformulação do Sistema Único de Saúde (SUS), e solicitação da Prefeitura de Goiânia para que possa emitir títulos cujos recursos serão destinados à liquidação de dívidas contraídas pelo município.

As autorizações aprovadas ontem pela CAE serão submetidas à deliberação do plenário do Senado.

Lobão defende retomada do crescimento

O senador Edison Lobão (PFL-MA) mostrou-se ontem preocupado com a retomada do crescimento da economia brasileira, dizendo ser essa uma "aspiração da sociedade, pois a vitória sobre a inflação não é um fim em si mesmo, mas apenas um pressuposto importantíssimo para o desenvolvimento nacional contínuo, sustentado e sem sobressaltos".

Ao comentar medidas para a retomada do desenvolvimento, Lobão



Edison Lobão

afirmou que "o governo resgatou parte da dívida com os agricultores, anunciando o Plano Safra, no qual estão inseridas medidas que melhoram as condições de crédito rural". Para o senador, a agricultura talvez tenha sido o setor produtivo mais prejudicado com o Plano Real.

Edison Lobão defendeu também estímulos às exportações, dizendo ser necessário para isso a melhoria da infra-estrutura, a redução de impostos e a disponibilidade de financiamento, e, como medida de médio prazo, mudanças na política cambial. O senador considerou necessária ainda a proteção a alguns produtos brasileiros em face da concorrência de produtos importados, sem "um retorno à pura política protecionista."

Alcântara quer agilizar a cobrança de dívidas

Projeto de lei do senador institui a penhora administrativa, a ser executada pelas procuradorias fiscais ou da Fazenda

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou ontem projeto que institui a penhora administrativa, a ser executada pelas procuradorias fiscais ou da Fazenda. Segundo o senador, o projeto de lei pretende aperfeiçoar a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, tanto da União quanto dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- Não há dúvida de que o Estado necessita de instrumentos capazes de barrar a desenfreada sonegação e a mais absurda das injustiças praticadas contra o bom contribuinte, sem, entretanto, se esmi-



Lúcio Alcântara

galhar o mais sagrado dos direitos fundamentais: a garantia e a preservação do juiz natural - argumentou o senador. - A penhora, por não ser

ato judicial mas administrativo, independe de se realizar perante o juízo.

Alcântara afirmou que esse dispositivo é uma inovação na cobrança tributária da União. Explicou que, de acordo com o projeto, a Procuradoria, ou o órgão jurídico competente, ficará encarregada de notificar o devedor, que terá o prazo de cinco dias para efetuar o pagamento, sob pena de proceder à penhora de seus bens. Esta será realizada por servidor habilitado, e, em caso de pagamento de dívida para com a Fazenda, será desfeita imediatamente.



José Eduardo Dutra

Dutra pede explicação a Sérgio Motta

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) encaminhou ontem à Mesa requerimento solicitando que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, esclareça se é procedente ou não notícia veiculada pelo jornal *O Globo* de ontem, segundo a qual o presidente da República teria assinado autorização para transferência de controle acionário ou redistribuição de cotas das entidades operadoras da TV Record nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Na justificativa do requerimento, Dutra argumenta que "a notícia, caso confirmada, reflete fatos de elevada gravidade praticados pela administração pública federal, no exercício da prerrogativa concedente de atividade de radiodifusão, tendo em vista que o poder público, por vários de seus órgãos, está apurando irregularidades que poderiam ter sido praticadas, tendo como objeto o controle da TV Record".

- Preocupa-nos, ademais, a hipótese levantada por aquele periódico de que os atos autorizados eventualmente praticados pelo presidente da República, concernentes à regularização do controle acionário da TV Record, fariam parte de uma barganha eleitoral envolvendo o apoio de segmentos religiosos a que se vincula aquela emissora à candidatura do senador José Serra (PSDB) à prefeitura do município de São Paulo - disse.

Mauro propõe mudanças na legislação partidária

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) dirigiu ontem apelo à Comissão de Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para que busque a mais ampla participação da Casa "e conclua os seus trabalhos olhando mais para o Brasil do século XXI". Referindo-se ao grande número de partidos na campanha para as prefeituras, o senador disse que "só com partidos fortes e com elos permanentes de afinidade entre eleitores e eleitos poderemos escrever páginas mais nobres para a História do País e para a democracia".

- O aperfeiçoamento político, através do fortalecimento dos partidos e da fidelidade a programas e a compromissos, estabelecerá uma nova era de afinidade entre o cidadão e os seus representantes. Mas é preciso ter coragem, determinação e espírito público para vencer as resistências de sempre e

mudar o quadro de mentira e de fragilidade que temos hoje. Creio que depois das eleições municipais teremos um momento extremamente favorável para concluir as mudanças na legislação - disse.

Para Mauro Miranda, "a reorganização partidária vai permitir o encontro das várias tendências atuais em novos leitões comuns, mais autênticos e uniformes, e fará fluir com maior naturalidade os entendimentos políticos entre o Executivo e o Legislativo".

- Sem isso, a governabilidade continuará rateando, o povo se manterá descrente e sem rumos e a consolidação democrática não estará definitivamente livre das crises que têm marcado a História recente do País - acrescentou.

Salientando que o Senado é o "foro privilegiado" para mudar a legislação partidária, Mauro disse que, como presidente da comissão, Lucena "tem sabedoria, experiência e sensibilidade para captar as aspirações da sociedade".



Mauro Miranda

- Os partidos sem expressão política não têm história, não têm representatividade e só fazem alimentar o clientelismo e a infidelidade partidária - disse Mauro Miranda.

Em aparte, Humberto Lucena solidarizou-se com Mauro e observou que a comissão já colheu sugestões de todos os líderes de partidos e ouviu inclusive o ministro da Justiça, Nelson Jobim. Já Ernandes Amorim (PMDB-RO) ressaltou que a questão da fidelidade partidária exige amplo debate.

Reforma agrária será tema de debate na CAE

Ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, líderes do MST e presidentes de entidades sindicais ligadas à agricultura estão entre as autoridades convidadas



Benedita da Silva

Benedita exalta camponesas em manifestação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) exalta ontem a presença da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais no Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e contra a Violência no Campo, promovido pelos trabalhadores sem-terra.

— Elas se instalaram, pacificamente, na Esplanada dos Ministérios, onde pretendem permanecer em manifestação contra a violência no campo e para que seja dado ritmo mais veloz aos assentamentos e ao processo de reforma agrária no País — disse a senadora.

Benedita da Silva adiantou que as camponesas brasileiras estão contando com o apoio e a experiência das *Mães da Praça de Maio*, vindas da Argentina, nessa mobilização e nos contatos junto aos ministérios, Congresso Nacional e organismos internacionais representados em Brasília.

Para pôr em evidência o papel da mulher camponesa na produção rural familiar, a senadora citou dados da FAO que, segundo disse, revelam representar a trabalhadora metade da mão-de-obra empregada na pequena propriedade, responsável pela produção de 60% dos alimentos básicos no Brasil.

Um amplo debate sobre a reforma agrária no País será promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), em data a ser definida. A realização do debate foi decidida ontem pela comissão, ao aprovar requerimento de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Deverão ser convidados os ministros da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e da Agricultura, Arlindo Porto; os líderes do MST João Pedro Stedile e Gilmar Mauro; e os presidentes da Contag, Francisco Urbano; da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto Salvo; da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; e da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Marcos Suplicy.

A CAE aprovou ainda re-



Eduardo Suplicy

querimentos dos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), convocando o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, para prestar esclarecimentos sobre o lançamento do "Pacote Ecológico"; e do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), solicitando ao Banco Central que nas próximas emissões de títulos para pa-

Suplicy solicita ação do governo para evitar conflito em Rondônia

Pedido de providências aos ministros da Justiça, Nelson Jobim, e da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para a proteção de 100 famílias de trabalhadores sem-terra no município de Ouro Preto d'Oeste, em Rondônia, foi feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele advertiu que se não houver imediata ação governamental poderá ocorrer novo massacre.

O senador disse que na última segunda-feira (dia 12) o acampamento em que se encontravam os sem-terra foi atacado por 15 jagunços fortemente armados, que dispararam cerca de 400 tiros e tocaram fogo em área preparada para o plantio. Adiantou que balas recolhidas pelos trabalhadores são de

gamentos de precatórios de estados e municípios seja incluída no processo certidão do Tribunal de Contas, comprovando que nas parcelas anteriores foi cumprido o disposto na resolução que autorizou a emissão dos referidos títulos.

Também foram aprovados mais dois requerimentos de Suplicy: um convidando o presidente da Eletrosul, Cláudio Ávila, o diretor de Engenharia e Planejamento, Luiz Zapelline, e o diretor Administrativo, João Roberto Lupion, para prestarem informações sobre a licitação da usina hidroelétrica de Machadinho, e outro solicitando esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre incentivos fiscais à instalação de empresas fabricantes de veículos nas regiões Norte, Nordeste e parte do estado de Minas Gerais.

Aprovada urgência para moradia rural

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência para projeto de lei originário da Câmara que altera a lei reguladora da cessão de moradia pelo empregador ao trabalhador rural. O projeto será votado no dia 15 deste mês.

O líder do PT, Eduardo Dutra (SE), pediu verificação de *quorum* para impedir que a matéria entrasse em regime de urgência, sob a alegação de que o Senado deve primeiro votar o projeto que fixa como uma das prerrogativas do Ministério Público a interferência em conflitos agrários.

Dutra lembrou que a iniciativa tem parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e lamentou que a matéria não entre em votação, embora não haja posições contrárias à participação do Ministério Público nos conflitos fundiários.

ação coberto de cobre, em tamanho maior do que as usadas em armas de calibre 38 e 44.

O senador citou correspondência recebida do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra afirmando que os fatos aconteceram na noite de segunda-feira, que o acampamento ficou com as estradas fortemente vigiadas por homens armados e que os funcionários do Inera desobedeceram recomendação do superintendente adjunto do órgão e lá não compareceram. Na mesma mensagem, segundo o senador, os trabalhadores disseram que o comandante geral da Polícia Militar recusou-se a enviar policiamento para o local, alegando necessitar de ordem judicial para isso.

Osmar Dias propõe parceria com a Colômbia para subir preço do café

Os dois países juntos são responsáveis por 42% do abastecimento mundial do produto e podem reverter as cotações, crê o senador

Por entender que a cafeicultura nacional enfrenta "um dos seus maiores desastres", com os preços mais baixos dos últimos anos, o senador Osmar Dias (PR) propôs ontem, em plenário, uma união do Brasil com a Colômbia para tentar reverter as cotações do produto no mercado internacional. Brasil e Colômbia, os dois maiores produtores, são responsáveis por 42% do abastecimento internacional e têm condições de segurar os preços do café, afirmou o senador.

A cafeicultura emprega no País 1 milhão de pessoas diretamente e outros 2 milhões na indústria e na exportação. O Brasil produz 25 milhões de sacas, das quais 16 milhões são exportadas, rendendo ao País US\$ 2,5 bilhões por ano. "Apesar desses números, o governo não se sensibiliza pelo drama dos cafeicultores. O Ministério da Indústria e do Comércio parece que só pensa no setor automotivo. Se o governo não se mexe, cabe ao Congresso Nacional tomar uma iniciativa", ponderou Osmar Dias.

O senador informou ter recebido carta do gerente-geral da Federação dos Cafeicultores da Colômbia, Jorge Cárdenas Gutierrez, que o convidou a discutir o problema em Bogotá. Osmar Dias lembrou



Osmar Dias

que há três anos o Brasil e outros produtores criaram a Associação dos Países Produtores de Café, a qual recomendou que os exportadores fizessem retenção do produto. "O Brasil foi o primeiro a não cumprir a decisão. Aliás, o então ministro da Agricultura brasileiro chegou ao absurdo de propor a queima de café para segurar os preços", disse ele.

Conforme Osmar Dias, em decorrência do rompimento do Acordo Internacional do Café os preços caíram de US\$ 140 para apenas US\$ 100 a saca nas bolsas do exterior. "Desde então, quem manda no café são os grandes importadores, apesar de a produção mundial ser até menor que o consumo." O senador criticou o governo por omissão ante o problema. "Há três semanas estou tentando falar com o ministro da Agricultura e não consigo. Além

de queda de 40% nos preços, os custos de produção subiram até 70%", afirmou.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que a queda de preços provocou "uma verdadeira comoção" no Espírito Santo. Informou que a situação foi agravada pelo próprio governo, que começou a vender estoques no momento em que os cafeicultores iniciavam a venda da sua produção. O discurso de Osmar Dias também foi apoiado por Ernandes Amorim (PMDB-RO).

Lucena exalta memória de ex-deputado

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) homenageou ontem a memória do ex-deputado estadual Chico Souto, falecido quarta-feira passada na Paraíba. Lucena disse que Souto foi um dos políticos de "personalidade mais forte e mais presente na vida pública de seu estado, desde 1958, quando iniciou sua carreira política".

Lucena destacou que Chico Souto foi deputado estadual por três legislaturas consecutivas e sempre defendeu os interesses da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Foi também, segundo o senador, intransigente defensor da reforma agrária.

COMO SINTONIZAR A AGÊNCIA SENADO/RADIOSAT

Para receber o sinal de Alta Qualidade (CD-Quality) da Agência Senado, são necessários os seguintes equipamentos:

- 01 antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85m (mínimo), BANDA C
- 01 receptor ABR200, fabricante Com Stream
- 01 LBN DRO, fabricante Com Stream, e
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo "F"

INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA PROGRAMAÇÃO/RECEPÇÃO

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps - BPSK
- Programação do ABR: CC, 1,11465600,256000,0
- FD 1,17,1,7

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES NEY SUASSUNA, RENAN CALHEIROS, EMÍLIA FERNANDES E JÚLIO CAMPOS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal